



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência de Infraestrutura

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato do Superintendente Regional, conforme consta do processo 59570.000815/2025-33-e, peça nº 01.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

Justifica as razões de interesse público, pois é necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

O apoio às atividades produtivas é uma das estratégias da Codevasf para estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias, principalmente, dos pequenos produtores das comunidades rurais de sua área de atuação. O apoio à agricultura familiar possibilita o desenvolvimento econômico e social do país, que pode ser realizado por meio da identificação das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local. Além disso, com a aquisição de equipamentos, garante-se a possibilidade de uso de novas tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas.

A adoção de tecnologias voltadas à captação, armazenamento e uso eficiente da água, como é o caso dos sistemas de irrigação pressurizada, é uma estratégia essencial para enfrentar os desafios estruturais da região, permitindo não apenas o acesso à água de forma segura, mas também a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, apenas 5,5% dos estabelecimentos de agricultura familiar no Piauí possuem algum tipo de sistema de irrigação. Em termos de área, somente 0,36% das terras da agricultura familiar estão irrigadas, evidenciando um déficit tecnológico expressivo, que limita a produtividade e a segurança alimentar das famílias rurais. Portanto, a aquisição desses equipamentos representa uma ação direta para:

- Garantir segurança hídrica e produtiva às comunidades rurais difusas;
- Fortalecer a agricultura familiar, promovendo geração de emprego, renda e melhoria das condições de vida no campo;
- Reduzir a vulnerabilidade social e econômica associada às secas recorrentes;
- Estabelecer práticas agrícolas resilientes e eficientes no uso dos recursos naturais, especialmente da água.

Essa ação está alinhada aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030 da ONU, contribuindo diretamente para o alcance dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- ODS 1 – Erradicação da Pobreza: ao promover geração de renda e inclusão produtiva de agricultores familiares.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Infraestrutura

- ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: ao estimular a produção agrícola sustentável, resiliente e adaptada às mudanças climáticas.
- ODS 6 – Água Potável e Saneamento: ao garantir acesso à água para usos produtivos em comunidades rurais.
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: ao fomentar cadeias produtivas locais e oportunidades de trabalho rural.
- ODS 10 – Redução das Desigualdades: ao reduzir as disparidades regionais e sociais, especialmente no semiárido piauiense.
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: ao incentivar o uso eficiente da água e de tecnologias de baixo impacto ambiental.

Dadas as condições climáticas do semiárido sul-piauiense, a vocação frutícola regional e a infraestrutura instalada no Projeto Marrecas-Jenipapo, localizada no município de São João do Piauí, a contratação de sistemas de microaspersão para acerola, banana, goiaba, manga e uva, além de conjuntos motobomba é tecnicamente justificada e economicamente racional. A solução equilibra eficiência hídrica, segurança produtiva e impacto social positivo, maximizando o retorno dos investimentos públicos e privados e contribuindo para a resiliência socioeconômica do território. Nesse contexto, e com o objetivo de assegurar o direito de acesso à água em qualidade e quantidade adequadas tanto para o a inclusão produtiva, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre no campo, foi aprovado o estudo técnico preliminar que fundamenta a presente licitação.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

A solução para adesão à Ata de registro de preço (carona) mostra-se inviável técnica e economicamente, em virtude das particularidades técnicas, operacionais e de demanda observadas por esta Superintendência. Foram realizadas pesquisas em Atas de Registro de Preços Vigentes na Codevasf para estudar a possibilidade de adesão, no entanto o quantitativo que pode ser ofertado não é suficiente diante da demanda de sistemas de irrigação por microaspersão para frutíferas sob jurisdição da 7ª Superintendência Regional.

Dessa forma a solução encontrada foi através da realização de Pregão Eletrônico objetivando a aquisição dos sistemas de irrigação por microaspersão dos municípios do estado do Piauí. Assim essa solução mostra-se viável técnica e economicamente, pela vantajosidade para a administração pública em contratar empresas, supostamente capazes de fornecer todos os materiais de irrigação necessários para alcançar o objeto proposto nesse estudo.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

O art. 138 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf nos informa que o Sistema de Registro de Preços será regulamentado por Decreto do Poder Executivo Federal:

“Art. 138. O Sistema de Registro de Preços – SRP a ser praticado pela Codevasf utilizará os princípios e as diretrizes deste Regulamento e reger-se-á pelo disposto no Decreto do Poder Executivo que disciplina a matéria e, observará, entre outras, as seguintes condições”

O Decreto 11.462 de 31 de março de 2023 regulamentou o Sistema de Registro de Preços, revogando, assim, o Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013. De acordo com o art. 3º do Decreto vigente, o SRP poderá ser utilizado pela Administração, quando esta julgar pertinente, especialmente nos seguintes casos:

- I) Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II) Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III) Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Infraestrutura

- IV) Quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V) Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Da adoção do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e as Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que será contratado.

Da adoção do SRP (Sistema de Registro de Preços):

Justifica-se a adoção do procedimento licitatório na modalidade Sistema de Registro de Preços em razão da conveniência administrativa e das características dos bens a serem adquiridos, considerando a demanda regional vinculada ao Projeto Marrecas-Jenipapo, localizado no município de São João do Piauí. O atendimento abrangerá não apenas o referido município, mas também sua microrregião, inserida na área de atuação da 7ª Superintendência Regional, sendo a execução realizada por meio do fornecimento de produtos previamente especificados, cuja natureza requer contratações frequentes e de caráter continuado.

Da adoção de intervalo mínimo entre os lances de 0,5%:

Justifica-se a adoção do intervalo mínimo de 0,5% pelo ensejo de garantir a competitividade saudável e a economicidade real para a Administração Pública, tendo amparo no que foi instruído pela IN nº 73/2020 da SEGES/ME e nas orientações do AGU, TCU e CGU. A aplicação de intervalo mínimo garante lances mais consistentes e que realmente tragam economia; agiliza o processo licitatório, evitando lances simbólicos que prolongam as etapas de disputa; ajuda a prevenir condutas fraudulentas ou manipulativas durante o pregão; e valoriza a proposta mais vantajosa, pois o intervalo mínimo força uma disputa real por preço. Assim, entende-se que a fixação de intervalo mínimo de 0,5% entre os lances é tecnicamente justificável, juridicamente válida e alinhada ao interesse público, devendo constar expressamente nos termos do edital.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:

Sim – Será possível prorrogar a Ata de Registro de Preços por até um ano, desde que comprovado que o preço é vantajoso, podendo ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Deverá ser divulgada a Intenção de Registro de Preços. De acordo com o art. 9º do Decreto 11.462/2023, a divulgação da intenção de registro de preços será de, no mínimo, 08 (oito) dias úteis e será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Infraestrutura

Sim – A adesão a Atas de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Dos requisitos de aceitação das propostas:

Utilização do valor máximo aceitável: quando estabelecido em edital não se admite a contratação por valor superior ao definido, e neste caso, qualquer proposta superior deve ser desclassificada e, não pode ser alterado no decorrer do certame, conforme Acórdão nº 7.213/2015 TCU 2ª Câmara. Assim, estabelecido o preço máximo, esse já não serve como base para aceitar as propostas, mas como um verdadeiro limite de preços ofertados, não sendo aceito, em qualquer hipótese valor acima do previsto.

A definição do valor máximo aceitável em uma licitação é justificada para garantir o controle de gastos, a eficiência na utilização dos recursos públicos, a prevenção de propostas abusivas, a transparência e a imparcialidade, além de proteger o interesse público. Isso assegura que os contratos firmados estejam alinhados com os preços praticados no mercado e atendam às necessidades da administração pública de forma econômica e eficaz.

Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):

Os itens que compõem a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente Termo de Referência foram selecionados conforme a complexidade dos equipamentos a serem adquiridos, permitindo a comprovação de fornecimentos de itens similares em quantitativo não inferior a 30%, conforme a legislação vigente, que estabelece que a exigência não deve ser superior a 50% das quantidades licitadas.

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:

A Administração pode estabelecer em edital exigências de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, até o limite 10% do valor estimado da contratação. A exigência de capital mínimo deve observar o valor estimado de cada item e não o valor global a ser contratado.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Infraestrutura

O capital social e o patrimônio líquido mínimo não são exigências obrigatórias a que a Administração esteja vinculada. Ao revés, trata-se de decisão de cunho discricionário:

“SÚMULA TCU 275: Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços”.

A previsão de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo no edital de licitação é uma medida prudente e justificada pela necessidade de garantir a capacidade econômico-financeira das licitantes. Esta exigência, fundamentada na legislação vigente e em orientações do TCU, visa proteger os interesses da Administração, assegurando a execução eficiente e contínua dos contratos celebrados. Ao estabelecer tais critérios, a Administração exerce seu poder discricionário de forma responsável e transparente, promovendo a eficiência e a segurança nas contratações públicas.

A previsão de capital social mínimo de 5% para empresas licitantes visa ampliar a competitividade do processo licitatório, evitando o risco de certames fracassados e assegurando a participação de empresas especializadas do setor de irrigação, as quais, em sua maioria, possuem baixo capital social. Essa escolha fundamenta-se em três aspectos principais.

Primeiro, destaca-se o perfil das empresas do setor de irrigação: no segmento, a maioria das empresas é de pequeno porte, o que resulta em capital social limitado. A exigência de 10% do valor orçado, embora usual, poderia inviabilizar a participação de empresas qualificadas, reduzindo a competitividade e gerando o risco de fracasso da licitação.

Em segundo lugar, a experiência recente com o edital SRP nº 90025/2024 reforça a necessidade desse ajuste. Em certames anteriores, a exigência de capital mínimo de 10% resultou em uma baixa adesão das empresas do setor, levando ao fracasso de diversos itens do processo. Mesmo empresas com experiência e capacidade técnica participaram, mas muitas não conseguiram comprovar o capital social mínimo de 10% na fase de habilitação, o que resultou na sua desclassificação. Esse cenário evidencia a necessidade de um ajuste para 5%, de forma a adequar o edital à realidade do mercado e fomentar uma concorrência mais ampla.

Por fim, há respaldo legal na Lei 14.133/2021, cujo §4º do art. 69 permite à Administração exigir capital mínimo ou patrimônio líquido de até 10% do valor estimado da contratação, mas não impõe essa porcentagem como obrigatória. A discricionariedade conferida pela legislação permite adequar essa exigência conforme as particularidades do setor e do objeto licitado, justificando, neste caso, a escolha de 5% para garantir maior competitividade e assegurar o êxito da licitação.

Dessa forma, a previsão de capital social mínimo de 5% busca equilibrar a segurança na execução contratual com a viabilidade competitiva, atendendo às especificidades do setor e evitando o risco de fracasso do certame.

Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:

Serão exigidos requisitos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação, em conformidade com o Art. 144 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

Cota reservada para ME/EPP – Conforme o Decreto 8.538/15, art. 8º, será permitida a cota de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme planilha de quantidades anexa. Se a mesma empresa vencer tanto a cota reservada quanto a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo maior desconto.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Infraestrutura

Conforme posição da CGU após Reunião de Busca Conjunta de Soluções realizada em 26/02/2024, às 10:00h, referente ao Relatório de Auditoria nº 1240533/2023 - CGU, Recomendação nº 02 – Tarefa 1435974, não devem ser previstas cotas para ME/EPP para itens com valor unitário superior a R\$ 100.000,00, em especial para veículos, tratores, caminhões e máquinas pesadas. Justifica-se que os itens 3 e 4, estimados no valor máximo unitário de R\$ 102.850,34, possuem cota de 25% exclusiva para ME/EPP por não se enquadrarem como veículos pesados, sobre os quais pesa a recomendação de não previsão de cotas, pela baixa adesão nos certames, associado à baixa capacidade de habilitação licitatória, do risco de inexecução dos contratos e dos maiores custos nas aquisições, que tornam a reserva de cotas para EPPs e MEs desfavoráveis nestes casos. A essa condição soma-se que a possibilidade de que os lances (respeitado o intervalo mínimo de 0,5%) para os itens 3 e 4 sejam inferiores a R\$ 100.000,00, validando a participação de MEs e EPPs.

Permissão para Participação de Consórcios:

Não – Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Não – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Permissão para Subcontratação:

Não – Não será permitida subcontratação do fornecimento/serviço, parcial ou total, deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Dos critérios de reajustamento:

Os critérios de reajustamento garantem a estabilidade econômica do contrato ao longo do tempo. Os preços permanecem válidos por um ano após a proposta. Após esse período, os preços podem ser ajustados usando uma fórmula que considera a diferença entre o índice do mês do aniversário da proposta e o índice inicial. Entre os reajustes, deve haver um intervalo mínimo de um ano. Se o índice de reajuste não estiver mais disponível, será escolhido um novo índice oficial ou determinado pela legislação. Esses critérios garantem a previsibilidade, transparência e adaptação do contrato às condições de mercado.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os fornecimentos/serviços a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução):

Sim – A exigência de garantia de execução, correspondente a 5% do valor da ordem de serviço, é estipulada para garantir o cumprimento das obrigações contratuais e a liquidação de multas convencionais. Essa medida visa proteger os interesses de ambas as partes e assegurar a execução satisfatória dos serviços contratados. A contratada tem a opção de fornecer uma "Seguro Garantia" ou uma "Fiança Bancária", oferecendo flexibilidade na escolha da modalidade de garantia.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Infraestrutura

Garantia do Objeto:

Considerando que se tratam de sistemas de irrigação por microaspersão, constituído de bens duráveis e de uso contínuo, cuja falha compromete o funcionamento de sistemas essenciais, como abastecimento hídrico ou irrigação agrícola, exige-se garantia mínima contratual de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem ônus para a Administração. O prazo de garantia contratual complementar à garantia legal poderá ser estendido caso o fabricante ofereça período superior. Durante o período de vigência da garantia, o fornecedor ou seu representante autorizado deverá prestar a devida assistência técnica, de forma a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

Apresentação de Carta de Solidariedade:

Não – Não será necessária a apresentação de Carta de Solidariedade, considerando que não há alguma exceção que justifique a sua exigência e que esse tipo de imposição representa restrição à ampla competitividade, conforme Acórdão nº 3783/2013 – Primeira Câmara:

“Conforme jurisprudência desta Corte, a exigência de declaração do fabricante, carta de solidariedade, ou credenciamento, como condição para habilitação de licitante em pregão eletrônico, carece de amparo legal, por extrapolar o que determina o art. 14 do Decreto nº 5.450/2005.

Essa exigência tem caráter restritivo e fere o princípio da isonomia entre os licitantes, porque deixa ao arbítrio do fabricante a indicação de quais representantes podem ou não participar do certame. A matéria já foi discutida por este Tribunal em várias ocasiões: Decisão 486/2000 e Acórdãos 808/2003, 1670/2003, 1676/2005, 423/2007, 539/2007, 1729/2008, 2056/2008, do Plenário; 2404/2009, da 2ª Câmara, entre outros [...]

Exigir declaração do fornecedor como requisito de habilitação somente pode ser tolerado, em casos excepcionais, quando se revelar imprescindível à execução do objeto, situação em que deverá ser tecnicamente justificado de forma expressa e pública, por ser requisito restritivo à competitividade”.